



*Outorga do Título de Professor Emérito a*

---

*Oswaldo Porchat de Assis Pereira da Silva*

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

REITOR: Prof. Dr. Adolpho José Melfi  
VICE-REITOR: Prof. Dr. Helio Nogueira da Cruz

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DIRETOR: Prof. Dr. Sedi Hirano  
VICE-DIRETORA: Profa. Dra. Eni de Mesquita Samara

**CERIMÔNIA DE OUTORGA DO TÍTULO  
DE PROFESSOR EMÉRITO**

*Prof. Dr. Oswaldo Porchat de Assis Pereira da Silva*

**SAUDAÇÃO PROFERIDA POR**

*Prof. Dr. José Arthur Giannotti*

Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

---

C415 Cerimônia de outorga do título de Professor Emérito: Prof. Dr. Oswaldo Porchat de Assis Pereira da Silva.

São Paulo: SDI/FFLCH/USP, 2002.

36 p.

Discursos por José Arthur Giannotti, Oswaldo Porchat de Assis Pereira da Silva, Francis Henrik Aubert

ISBN 85-7506-097-X

1. Ensino Superior 2. Universidade (Questões Gerais) I. Giannotti, José Arthur II. Silva, Oswaldo Porchat de Assis Pereira da III. Aubert, Francis Henrik IV. Série

CDD 378

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	7
Maria das Graças de Souza	
DISCURSO DE SAUDAÇÃO .....	9
José Arthur Giannotti	
DISCURSO PROFERIDO QUANDO DA ENTREGA DO TÍTULO DE PROFESSOR EMÉRITO .....	13
Oswaldo Porchat de Assis Pereira da Silva	
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	33
Francis Henrik Aubert	



## **APRESENTAÇÃO**

Para o Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo, o título de Professor Emérito, outorgado a alguns de seus membros nestes últimos anos, tem um significado muito especial, considerando a trajetória notável desta geração de professores, que, além de terem cumprido seu papel como professores, pesquisadores, e formadores dos novos quadros, enfrentaram o período difícil da ditadura militar, pela qual foram perseguidos, afastados de suas funções acadêmicas, alguns deles presos ou exilados, além daqueles que, tal como sobreviventes de uma guerra insana, mantiveram vivo o Departamento, ameaçado de extinção.

Diferenças pessoais, teóricas e até políticas postas à parte, estes professores nos deixaram um legado comum, cujos traços vale a pena ressaltar: a aspiração universalista que permite tomar distâncias em relação a qualquer fundamentalismo, a autonomia do pensamento face às formas religiosas da representação da sociedade e da história, a exigência de rigor na consideração dos conceitos herdados da tradição, a função crítica da filosofia em relação ao nosso tempo e, enfim, a independência da filosofia em relação aos poderes constituídos. Estes princípios regeram a sua história, do ponto de vista do desempenho de suas funções na vida acadêmica, na docência e na pesquisa, mas orientaram também as suas tomadas de posição diante daquele difícil momento vivido pelo nosso país.

Assim, esta homenagem a nossos professores eméritos se desdobra numa homenagem aos cidadãos eméritos que foram e ainda são. Gostaríamos de dizer, em nome dos docentes do Departamento de Filosofia, na grande maioria seus alunos na graduação e nos anos de pós-graduação, que temos nos esforçado constantemente para correspondermos a este legado teórico e político.

Maria das Graças de Souza  
Vice-chefe do Departamento de Filosofia





## DISCURSO DE SAUDAÇÃO

Prof. Dr. José Arthur Giannotti  
Professor Emérito  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

O Professor Emérito vai além da sua atividade docente. Ele a pratica com mérito, pois ele vai às questões fundamentais, chega ao objeto da lide, torna-se louvável. Isto não se deduz, se mostra. Devo, pois, recorrer a exemplos, na perspectiva, obviamente, de meu olhar enviesado. Mas como se exemplifica a atividade docente? Ela não se restringe à sala de aula, mas exercita-se numa prática envolta naquela aura que faz de cada gesto do professor uma lição, antes mesmo de ele ser professor. Isto, Porchat fez desde quando éramos colegas e continuará fazendo até o fim.

Porchat e eu colocamo-nos em opostos da pedagogia do *thaumázein*. Ele faz a cabeça dos seus alunos; eu procuro cortá-las. Ele procura transformar o estudante numa cabeça estudada, penteada em forma de navio, de ponto de interrogação e assim por diante; eu numa mula-sem-cabeça, mula que nega sua “mulice” porque ficou sem cérebro. Mas ambos sabemos, visto sermos cultores de Aristóteles, que a filosofia começa pelo espanto. Vejamos alguns exemplos típicos e seu modo de espantar:

Episódio 1 – Estamos passeando, acabamos de substituir nossas calças curtas pelas compridas, num rito de passagem que se perdeu, pois, hoje em dia, meninos e meninas já andam “calçudos”. Discutimos, como fizemos pela vida inteira, sem nos entender, para que fiquemos mais amigos, pois nossa amizade se solidifica na medida em que aumenta a distância de nossos pensamentos. Entre nós, sempre funcionou o inverso da Paidéia grega, pois nossas almas ficam cada vez mais próximas na diferença. Nessa época de sua vida, Porchat é defensor intransigente do dogmatismo tomista (com direito à missa aos domingos); eu, mais provocador do que filósofo, defendo o ceticismo: “quem me garante

que você existe e não passa da projeção de minhas representações?”. Aos poucos, ele se vingou, tornou-se cético, e hoje parece que eu existo para ele somente como aparência. Trocamos de cabeça sob a mesma calvície.

Episódio 2 – Porchat se forma em Letras Clássicas por essa Faculdade e se torna professor de Latim na periferia de São Paulo. Todos os alunos odiavam Latim, menos os seus. Ele entrava na sala de aula falando uma língua morta e os alunos deveriam saudá-lo como se estivessem na Roma antiga e assim, pelo diálogo, aprendiam a gramática e liam textos clássicos.

Episódio 3 – Vejo-o vindo ao meu encontro na frente do metrô da Cidade Universitária em Paris. Ele acaba de chegar e recebe meu abraço e sugestão: “Precisa trabalhar com Goldschmidt numa tese sobre Aristóteles”, e se recusa. À noite, em jantar com Goldschmidt, digo-lhe que Porchat lê grego como lê francês e faço com que Goldschmidt lhe dê um texto de Platão, que ele traduz com alguns erros. Meses depois, Goldschmidt manda-me um bilhete informando que Porchat lhe havia apresentado uma tradução com um único erro: de francês. Mas Porchat, em vez de ir direto para o doutoramento, se inscreve como aluno de Filosofia na Universidade de Rennes e lá fica até terminar o curso.

Episódio 4 – Volto a encontrá-lo em Paris, pouco antes de ser aluno interno da École Normale. Estamos diante da Catedral de Notre Dame, eu o acompanho andando até sua casa, que ficava perto da Praça Malbert. Estranho o percurso que nos leva até o Boulevard Saint Michel e retorna pelo Boulevard Saint Germain “Por que não tomamos diretamente a rua que vai à sua casa?” Pergunto-lhe. Ao que ele responde: “Porque ela é contramão”. Em Paris, Porchat só conseguia orientar-se de lambreta.

Episódio 5 – Em 1967, ele defende sua tese de doutoramento sobre os *Segundos Analíticos* e se converte em nosso guia aristotélico. Segundo os meus projetos deveria ser o líder virtual de um grupo de lenistas formado à medida que íamos criando o Departamento de Filosofia. Seu texto vira segredo de estado. Ele resolve abandonar a Filosofia para se dedicar à Lógica Formal. “Mas eu gosto disso, Giannotti. Lembra que no ginásio eu

pedia nas provas que dessem um teorema novo para mim, para que eu o demonstrasse na hora?” Em uma conversa muito séria, ele me pergunta o quanto era indispensável ficar aqui para resistir à Ditadura, mas me informa que se inscrevera no Curso de Lógica, ministrado por Benson Mates, na Universidade da Califórnia. Fica aluno de Mates, para o meu espanto. Esse professor mantinha um seminário sobre Aristóteles, do qual Porchat participou como um estudante qualquer. Enquanto isso, Goldschmidt instava para que ele transformasse o livro numa série de artigos a serem publicados em revistas especializadas. Jules Vinand, em visita ao Brasil, dizia que ele era uma enciclopédia aristotélica ambulante.

Episódio 6 – Não sei quando isso aconteceu, mas lembro-me de que estávamos numa reunião da Congregação na Rua Maria Antonia. Sabíamos que alguns professores se preparavam para aposentar-se e voltar para seus antigos cargos mediante novos concursos. Proponho que a Congregação decida não aceitar essas inscrições. Lourival Gomes Machado e Porchat saem em defesa da proposta. Discute-se, sem parar, horas a fio, perco a paciência e desisto. Porchat continua pedindo a palavra e insistindo até esgotar todo mundo e ganharmos a parada. Evitou-se um vexame.

Episódio 7 – Voltamos a 1968. Formamos uma Comissão Paritária para estudar a reforma dos cursos e do próprio Departamento. Veio a proposta para que ele fosse dirigido também paritariamente. Porchat e eu éramos contra, mas, prevendo que nossa vitória na votação traria mais frustrações do que transformações, combinamos dar um voto de abstenção. O resultado surpreende todo mundo, mas eu me demito da direção do Departamento e Bento assume. Até que ponto colaboramos para que ele viesse a ser cassado? Mas o Departamento de Filosofia teve a glória de ser, provavelmente o primeiro do Brasil, dirigido por professores e alunos. Até que os alunos, indo para as ruas e para a luta armada, impediram que as decisões fossem tomadas pela falta de quorum.

Episódio 8 – Em meio ao delírio ideológico dos anos 70, Porchat volta dos Estados Unidos vesgo de tanta Lógica Formal e Filosofia das Ciências e tem que enfrentar a patrulha

daqueles que viam nesses estudos a mão do Imperialismo, até o neopositivismo que diziam eles, precisava ser arrancado como erva daninha. Ele fica irritado e, em 1975, aceita o convite de Zeferino Vaz para formar o CLE, levando para Campinas jovens professores que estavam muito próximos de nós. O CLE se transformou na instituição que mais fez para reunir os cantos filosóficos do país num sistema de vasos comunicantes.

Episódio 9 – Um dia, andando pela estrada pedregosa do senso comum a “Máquina do Mundo” lhe aparece e você passando ao largo, se torna cético. Até que ponto o seu ceticismo ainda não está dependente desse contraste entre visível e invisível, sempre sendo reportado a algo que, aparecendo ou desaparecendo, se mantém como algo?

Episódio 10, 11, N – Você se transforma no líder supremo das hostes céticas, que wagnerianamente cavalgam pelo país e detectam vestígios de ceticismo “uspiônico” aqui e acolá. Assim, amassam o barro da filosofia com tenacidade dogmática.

Episódio N + 1 – O mérito do professor e filósofo Oswaldo Porchat aparece para todos nós e como no mundo senso-comum é possível dizer “sim” pelos atos sem ter que justificá-los a partir de premissas metafísicas, todos nós louvamos, firmemente, o nosso mestre e amigo.

## **DISCURSO PROFERIDO QUANDO DA ENTREGA DO TÍTULO DE PROFESSOR EMÉRITO**

Oswaldo Porchat de Assis Pereira da Silva

Eu posso assegurar-lhes que fiquei extremamente surpreso quando D. Mariê, secretária do Departamento de Filosofia, informou-me por telefone que a Congregação desta Faculdade, por iniciativa do Departamento de Filosofia, me concederia o título de Professor Emérito. Essa surpresa, muito real, não se dissipou ainda. Creiam todos que estou sendo absolutamente verdadeiro ao dizer-lhes que nada vejo, em minha atuação passada nesta casa, que mereça, sequer de longe, este título que me é hoje outorgado. De fato, somente posso atribuir essa homenagem que me é feita à amizade e afeto de meus colegas de Departamento, antigos estudantes meus em sua grande maioria, e à generosidade desta Congregação, à qual me orgulho de ter pertencido no século passado. Não negarei que a homenagem me faz feliz: é natural que o ser humano se sinta bem quando se vê querido, quando tem a oportunidade de vivenciar a estima que lhe votam aqueles com quem por tanto tempo trabalhou. Eu lhes sou, a todos, profundamente agradecido.

Eu sou - ou melhor: eu era - apenas um professor, como qualquer outro. Um professor que, durante os trinta e sete anos nos quais lecionou na Academia, amou sempre – e amou muito - sua profissão e o convívio com os estudantes. Se algo há de que, sob tal prisma, eu possa vangloriar-me, é de ter-me sempre esforçado, até o extremo limite de minhas capacidades, por ser um professor. Imodestamente acredito que esse esforço não foi em vão. Eu sempre quis ser um professor e eu o fui. Por isso mesmo, peço-lhes a devida vênua para entender que a homenagem que me é prestada, ela o é ao amor à docência que me não faltou nunca.

Dizem que um homem não deve falar publicamente de si mesmo e eu não costumo fazê-lo. Mas hoje vou abrir uma exceção a meu procedimento habitual. Permita-se,

portanto, a um velho professor falar nostalgicamente de aspectos curiosos de sua vocação docente e lembrar alguns fatos, igualmente curiosos, de sua carreira.

Desde muito cedo, eu já sonhava com ser professor. Era a profissão de minha mãe, professora primária, que lecionava num Grupo Escolar da cidade de Santos, onde morávamos. Lembra-me bem ainda hoje que, lá pelos meus onze anos, já frequentando a primeira série do ginásio, quando me encontrava sozinho em casa, o que invariavelmente acontecia quase todas as tardes, eu passava horas dando aulas em voz alta na sala de jantar, aulas imaginárias para móveis e paredes. Aulas sobretudo de latim, de português e de história. Nos princípios de setembro de 1944, aproveitei a Semana da Pátria e as paredes e móveis tiveram uma aula sobre a Independência do Brasil. Aconteceu, então, que, no próprio dia 7, o Colégio Estadual de Santos, onde eu estudava, lá na rua Mato Grosso, organizou uma cerimônia comemorativa da grande data. No amplo anfiteatro, umas trezentas pessoas, entre estudantes do ginásio e do colégio e seus familiares. No palco, o Diretor, o Inspetor e os professores. E houve os discursos de praxe, declamações de poesias e uma alocução do Dr. Avelino, professor de História do Brasil, sobre a importância daquele dia. Quando a cerimônia chegava ao fim, o Diretor teve a infeliz idéia de perguntar à platéia se alguém ainda queria fazer uso da palavra. Num átimo, percebi que tinha a grande oportunidade de dar uma aula de fato, desta vez para gente, para muita gente, fazendo passar ao ato a aula virtual que dera em minha casa. Levantei a mão, para grande vergonha de minha mãe. O Diretor, surpreso, perguntou àquele moleque de onze anos se queria acaso tomar a palavra. Eu disse que sim e fui convidado para subir ao palco. Tiro hoje desse fato a inferência de que eu não era exatamente um menino tímido. E, eufórico, dei minha aula, ela deve ter durado uns vinte minutos. Ataquei os portugueses com grande contundência, falei da miserável exploração lusa desta infeliz colônia do lado de cá do Oceano, defendi nossos patriotas de então, fiz o elogio do príncipe D. Pedro. E verberei indignado a resistência das tropas portuguesas que se insurgiram na Baía e levaram tempo para submeter-se a nosso primeiro Imperador, fato, aliás, que muita gente ignora. A molecada do ginásio me aplaudiu bastante, também seus familiares. A mesa, contrafeita, bateu umas poucas palminhas educadas. Mas eu estava feliz, dera minha primeira aula de verdade. Somente não compreendi bem na hora por

que motivo o Diretor deu de novo a palavra ao Dr. Avelino, o citado professor de História do Brasil. Dr. Avelino, muito educado, disse que discordava em alguns pontos “do ilustre orador que me antecedeu” e que iria expor, então, por que discordava. Confesso que não pude prestar muita atenção a suas palavras. O “ilustre orador que me antecedeu” me pôs nas nuvens: nunca, jamais, se tinha alguém referido a mim dessa maneira. Devo acrescentar que, muitos anos mais tarde, recordando o episódio, perguntei-me se acaso não teria estado presente à cerimônia o Sr. Cônsul de Portugal em Santos. Somente assim se explicaria o mal-estar da cúpula da instituição.

Não pude continuar a dar minhas aulas aos móveis e às paredes. Isso porque minha mãe arrumou uma empregada que ficava o dia inteiro em nossa casa e eu tinha obviamente vergonha de que ela me visse falando sozinho. Mas tive a sorte de descobrir que ela era analfabeta e resolvi alfabetizá-la, convenci-a a ter uma hora de aula comigo diariamente. Tive êxito na empreitada, a moça era aplicada e inteligente e se alfabetizou em menos de um ano. Quando tinha doze anos, candidatei-me a professor de catecismo na Igreja do Sagrado Coração de Maria, perto de minha casa, na Avenida Ana Costa. Fui aceito, apesar da pouca idade, e durante seis meses expliquei a crianças pequenas a religião cristã.

Aos treze anos, minha família se mudou para São Paulo e eu terminei aqui o ginásio. Devo confessar que, naqueles meus treze anos, traí, em intenção e espírito ao menos, minha vocação docente. Explico como foi. Eu aprendera a ler aos quatro anos de idade e era assíduo leitor, desde os seis anos, do jornal *O Estado de São Paulo* (faz 62 anos que leio diariamente o Estadão, uma hora por dia). A segunda Guerra Mundial inteira, eu a tinha acompanhado pelo jornal, indo diariamente ver no Atlas Mundial, que pertencia a minha mãe, onde se achava cada cidade mencionada no jornal, onde se travava cada batalha. Eu sabia de cor os nomes dos generais aliados e alemães, sabia os nomes dos navios de guerra, sabia tudo sobre a ocupação e desocupação dos países de Europa e África, mais tarde da Ásia e da Oceania, pelas potências envolvidas no conflito, conhecia as marcas dos aviões de guerra etc. A segunda Guerra durou dos meus seis aos meus onze anos. (Depois de ter escrito esta frase, dei-me conta de quão egocêntrico e narcísico

pode parecer alguém que diz, de uma Segunda Grande Guerra, que ela “durou dos *meus* seis aos *meus* onze anos”. Mas, deixa p’ra lá, eu não sou psicanalista, quem o é é minha mulher.) Relembro isso tudo só para contar que, aos treze anos, eu estava bastante influenciado pelo *Estadão* e me situava na oposição ao governo. Era o ano de 1946, a ditadura getulista chegara ao fim no ano anterior, o general Dutra fora eleito Presidente da República. Por minhas leituras de jornal, fiquei sabendo que o Brasil ia muito mal e que as coisas não podiam continuar daquele jeito. Foi aí que tentei, pela vez primeira, trair minha vocação de professor. Resolvi cooperar com a nação e decidi ser Presidente da República. Eu tinha plena consciência de que precisaria de um tempo razoavelmente grande para cumprir aquele meu patriótico desejo. Tinha de crescer ainda um pouco, de terminar o Ginásio, o Colégio e a Faculdade, entrar num partido político, candidatar-me primeiramente a cargos menores etc. Eu sabia de tudo isso, eu era bem realista, digamos assim. Mas os deuses não permitiram que a traição se consumasse efetivamente. Meses depois, desisti do projeto presidencial, sem saber por que, e me voltou o desejo de ser professor. Assim, eu não cheguei à Presidência. E assim deve ser, diria nosso príncipe D. Pedro, “para o bem de todos e felicidade geral da Nação”. Contaram-me que o Fernando Henrique, quando tinha aquela mesma idade, treze anos, queria ser Papa. Suponho que desistiu da idéia. Fernando não chegou ao Papado. São esses sonhos generosos e grandiosos de adolescente que quase nunca se realizam...

Muitas outras coisas aconteceram nos meus treze anos. Não lhes posso contar todas, obviamente. Mas lhes contarei um episódio, que julgo ter relevância para minha carreira docente, embora isso não seja aparente a uma primeira vista. Desde o ano anterior, eu tomara gosto por fazer discursos em público. Fiz alguns e os fazia com facilidade. Mas um dia aconteceu que tive grande dificuldade para escrever um discurso que o professor de português me encarregara de fazer, para homenagear não sei mais qual grande escritor brasileiro. O discurso não saía e eu, em pânico, recorri a minha mãe. Devo dizer que ela adorava sua família e a família adorava a memória de Reynaldo Porchat, a grande figura da família. Reynaldo Porchat fora professor catedrático de Direito Romano, no Largo de São Francisco. Tinha sido amigo de Ruy Barbosa e o grande



tribuno, quando escreveu sua famosa “Oração aos Moços”, impossibilitado que ficou, por motivos de saúde, de vir lê-la aos estudantes de Direito, pediu a Reynaldo, bom orador, que a lesse em seu nome. A família também se orgulhava disso. Além do mais, Reynaldo Porchat foi o primeiro Reitor da USP. Mamãe me disse: “Que pena que o Reynaldo morreu, ele poderia ajudá-lo a fazer o discurso.” Mas Reynaldo tivera filhos e estes agora tinham idade próxima à de minha mãe, que gostava muito daqueles primos. Eram tres: Milcíades, Alcyr e Oswaldo. Eu me chamo Oswaldo em homenagem a este último primo. Alcyr Porchat era homem de grande cultura e sabia falar em público. Vendo meu drama, minha mãe telefonou a Alcyr e explicou-lhe a situação.

O primo, generoso, pediu que eu fosse a sua casa. Fui, contei-lhe meu problema e ele se dispôs a auxiliar-me. Deu-me uma orientação geral, dispôs melhor as poucas idéias minhas que lhe apresentei, deu-me “dicas”. E fez mais: tomou de uma caneta e escreveu em meu caderno uma sentença inteira, que me aconselhou a incluir em meu discurso. Ao preparar, nestes últimos dias, esta minha fala de hoje, lembrei-me da sentença inteira, por incrível que pareça. A sentença tem hoje 55 anos de idade, sinal inequívoco de que estou velho, lembrar-me assim de uma sentença que data da primeira metade do século passado e que eu tinha integralmente esquecido! Não resisto à tentação de lhes apresentar a sentença. Ela era assim: “Homem impoluto, de integridade inatacável, ele jamais colocou a sua pena a serviço de uma causa inglória, que pudesse vir a macular-lhe a própria sensibilidade moral, mas estuou sempre na magia estética de seu verbo criador” (sic)! Adorei a sentença, ótima para ser aplicada a um grande escritor. Agradei ao primo e levei a sentença para casa. Recorda-me ter tido algum escrúpulo e ter hesitado sobre se usaria ou não, em meu discurso, a sentença do Alcyr. Mas refleti: ele escreveu de próprio punho a sentença em meu caderno, sem que eu lhe tivesse pedido; ele aconselhou-me a usar a sentença. *Portanto*, ele me deu a sentença de presente. *Se* ele a deu de presente, *então* ela era minha. *Se* ela era minha, *então* eu poderia fazer o que quisesse com ela. Poderia, *portanto*, usá-la em meu discurso (25 anos mais tarde, em 1971, eu estava dando aulas de lógica na USP). Assim pensei naqueles dias e usei aquela *minha* sentença em meu discurso. O professor de português a elogiou. Preciso dizer que eu gostei tanto da sentença que resolvi reutilizá-la em outros discursos, feitos em homenagem a outros

escritores, por mim pronunciados no ginásio e no colégio. Posso estar-lhes dando a impressão de que passei o ginásio e o colégio a fazer discursos. A impressão não é de todo falsa. Porque discursos eram para mim os substitutos das aulas que a presença de nossa empregada (uma outra agora, aqui em São Paulo) não me permitia dar em casa. Eu os fazia e os dava como aulas. Lembro-me de que meus colegas de classe julgavam algo excessiva a minha produção de discursos. Como eu os fazia mais ou menos bem, os professores e a direção da escola, quando precisavam de que algum aluno fizesse um discurso, diziam (isso eu soube bem mais tarde): “Chama aquele menino, o Porchat” e eu, contente, fazia outro discurso.

As coisas foram bem com aquela sentença curinga até o dia em que me pediram para fazer um discurso em homenagem ao Duque de Caxias. Porque eu achei que não cabia dizer de nosso duque: “...jamais colocou sua pena a serviço de um causa inglória etc.” Não me pareceu, então, que nosso duque fizesse tanto uso assim de sua pena. Julguei dever retocar a sentença, já que era minha. Troquei “pena” por “espada” e discurssei: “...jamais colocou sua espada a serviço de uma causa inglória...”. Ficou bom. Mas, no fim da sentença, tinha surgido outro “pepino”. Porque a sentença concluía: “...estudou sempre na magia estética de seu verbo criador” e eu me dei conta de que o verbo do nosso duque não devia ser tão produtivo assim. (digo “o nosso duque” porque, infelizmente, ele foi o único duque que este país até hoje teve, em toda a sua secular história). Fiz outro retoque em minha sentença. Troquei “verbo” por “gesto” e a sentença rezou, concluindo: “...estudando sempre na magia estética de seu gesto criador”. Confesso que este último retoque me parece hoje bem menos feliz que o primeiro. Um chefe militar estudando sempre na magia estética de seu gesto criador, não sei bem o que isso quer dizer. Mas, naquela época, eu não era tão exigente com a minha prosa. E usei a sentença daquele jeito no meu discurso. Alcyr nunca soube, por certo, das aventuras por que passou a sentença que por alguns minutos fora sua. Nada lhe contei, também não à minha família. Mas agora, passado mais de meio século, ousou confessar aquela esperteza do garoto falante que eu era: se algum membro da família, hoje aqui presente, acha que errei, peço perdão. Eu era adolescente, não tinha ainda entrado na USP e tudo ocorreu ainda na primeira metade do século XX. O crime, se crime houve, tem prescrita a sua

pena. Uma última curiosidade: eu não sabia o que queria dizer “estudou” e não me informei. Felizmente ninguém nunca me perguntou sobre o significado do verbo “estudar”. E vou confessar-lhes uma coisa: somente hoje de manhã, ao dar os retoques finais a esta minha fala, resolvi procurar no Aurélio o verbo “estudar”. E, miséria das misérias, ele não está lá. Não existe o verbo “estudar”, esse verbo nunca existiu. Não sei o que pensar. Como Alcyr Porchat era homem culto e jamais cometeria contra nosso vernáculo o crime de usar um verbo inexistente, alguma outra coisa deve ter acontecido. Mistério que não me será nunca possível desvendar...

Se os Senhores ainda estão estranhando que eu tenha mencionado esse episódio num contexto em que estou falando de minha vocação para a docência, além do argumento que já lhes expus, sobre a natureza vicária de meus discursos, substituindo aulas que eu não tinha como dar, peço-lhes que também considerem que um professor é um fazedor de discursos, ele discursa para a moçada. A arte de dar aulas é irrecusavelmente parte da retórica, no melhor sentido de “retórica”.

Naquela época, em plena adolescência, eu adorava a língua latina –a língua latina continua sendo até hoje uma de minhas grandes paixões- e logo me veio desejo de ser professor secundário de latim. Mas, no fim do colegial, eu hesitei entre fazer o curso de Letras na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, como então esta nossa Faculdade se chamava, e tornar-me professor de latim, ou então fazer o curso de Direito, no Largo de São Francisco, para tornar-me um juiz. Tal era meu dilema: magistério ou magistratura? Foi quando se deu minha segunda e última tentativa de traição à vocação docente. Influenciado pela família, desisti de ser professor e, no fim de dezembro de 1952, entrei na Faculdade de Direito. Mas de novo os deuses intervieram, sob o disfarce do Acaso. Acontece que o Prof. Eduardo de Oliveira França, hoje Professor Emérito desta Casa, era amigo de meu pai e sabia de meu interesse pela língua latina. O Prof. França talvez não se lembre do que eu vou contar, mas para mim foi algo muito importante. Eu já estava matriculado no 1º ano de Direito, no Largo de São Francisco, era o mês de fevereiro de 1956, em março começavam as aulas. Eu estava em minha casa, posto em ledor sossego, quando o telefone tocou. Era a esposa do Prof. França, D. Ulda, que eu também conhecia.

Ela me disse: “Oswaldo (assim me chamavam a família e os amigos), o Eduardo (o Prof. França) pediu-me que eu lhe telefonasse para dizer que vai haver segunda época do vestibular para o Curso de Letras Clássicas, pois nem todas as vagas foram preenchidas. Como você gosta de latim e falava em ser professor de latim, o Eduardo acha que você pode aproveitar a oportunidade e fazer também o curso de Letras, as matérias do vestibular são as mesmas que as do Direito, as inscrições ainda estarão abertas por uma semana”. Eu agradei a D. Ulda e na hora *respondi que sim*, que eu ia fazer o vestibular de Letras. De fato, assim procedi e fiz simultaneamente os dois cursos. O telefonema da parte de Eduardo de Oliveira França mudou minha vida. Pois a balança logo veio a pender para o lado do magistério. O curso de Letras, lá na rua Maria Antonia, era, na maior parte de suas disciplinas, de muito boa qualidade. Tive professores excelentes de Literatura Portuguesa e Brasileira, de Língua e Literatura Grega, de História Greco-Romana, de Linguística. Esses mestres transmitiam a nós, estudantes, o amor ao estudo, à pesquisa e à docência. E, em menos de dois anos, fiz decididamente minha opção: eu seria mesmo professor secundário de latim. Não tinha nenhuma outra ambição na vida. E, como os Senhores verão, num certo sentido eu nunca tive realmente outra ambição na vida. Pois, daí para a frente, os próprios deuses se encarregaram de tudo e eu apenas segui docilmente os seus desígnios. Ainda estudante do curso de Letras, fiz o concurso para ingresso no magistério estadual e tornei-me catedrático de latim – o cargo tinha esse nome pomposo - do Ginásio Estadual de São Caetano do Sul, no ABC. Dei aula lá por mais de ano e adorei a experiência. Deixem-me contar-lhes, orgulhoso, que, enquanto lecionei, o latim foi a matéria preferida dos estudantes do ginásio.

Eu estava então no início de meu quarto ano de Letras Clássicas, o ano da Graça de 1956, e o Prof. Robert Henri Aubreton, que dirigia a cadeira de Grego, anunciou um curso de língua grega sobre textos de Platão, mais precisamente sobre o *Fédão*. A disciplina de Didática Geral anunciou um curso sobre a Filosofia da Educação em Platão. E eu fiquei sabendo que, no Departamento de Filosofia, o Prof. Lívio Teixeira, catedrático de História da Filosofia, daria um ano inteiro de aulas sobre o pensamento de Platão. Três cursos sobre Platão, era uma notável oportunidade. Eu gostava de filosofia desde o colegial, esqueci-me de dizer. E lera bastante coisa até, em parte por conta de meus

problemas com a fé católica, que acabara abandonando. Inscrevi-me nos três cursos e tive a sorte de ser colega de aulas de Lucia e de Bento Prado, de quem me tornei amigo. (Eu já era amigo de Giannotti, fui contemporâneo do José Arthur no Clássico - o curso colegial comportava duas opções, o Científico e o Clássico - e com ele desde aquela época brigava bastante, filosoficamente, é claro. Giannotti era idealista e eu, realista de *linha dura*, brigamos muito sobre a existência do mundo exterior, em que eu acreditava. Faz 53 anos que estamos brigando, até hoje nunca nos entendemos, em matéria de filosofia praticamos aquele sábio ditado: *amigos amigos, filosofia à parte*. No segundo semestre do ano, o Prof. Lívio Teixeira, a cujas aulas eu assistia, como acima disse – eram aulas magníficas, Lívio Teixeira era excelente pesquisador e professor, um encanto de pessoa, um verdadeiro *gentleman*, um homem de extraordinária integridade moral e honestidade intelectual - encontrou-me no Bar do Grêmio da Faculdade e chamou-me à sua mesa. Disse-me que o Departamento de Filosofia precisava de alguém que tivesse boa formação nas línguas grega e latina para lecionar a disciplina de Filosofia Antiga. Perguntou-me se eu não queria fazer um vestibular de filosofia, cursar os quatro anos de filosofia, defender uma tese e vir um dia a ser seu assistente, dele Lívio Teixeira, em Filosofia Antiga. *Eu respondi que sim*, que eu faria isso. Poucas semanas depois, Robert Henri Aubreton chamou-me a seu gabinete e me contou que poderia conseguir para mim uma bolsa de estudos para a França, onde eu deveria ficar dois anos e fazer um mestrado de Língua e Filologia Grega. Perguntou-me se eu concordava. Bem, eu gostava também de grego, tinha 23 anos e a proposta era de passar dois anos em Paris! *Eu respondi que sim*, que eu iria. Comuniquei o novo fato a Lívio Teixeira, que apoiou minha decisão, aconselhando-me a cursar em França algumas disciplinas filosóficas, deixando o vestibular de filosofia para a minha volta.

Embarquei para a França em meados de 1957, conseguindo uma licença de afastamento do Ginásio de São Caetano, onde tinha continuado a lecionar minha querida língua latina. Mas, antes de embarcar, escrevi a Giannotti, que estava em Paris, e lhe contei que ganhara a bolsa, que ia para Paris, que faria um mestrado de grego, mas assistiria também a alguns cursos de filosofia. Giannotti respondeu-me imediatamente e me contou, ele que estivera durante um ano em Rennes na Bretanha, que Victor

Goldschmidt lecionava em Rennes. E perguntou-me se eu não queria ir para Rennes, ao invés de ir para Paris. Os cursos de grego em Rennes eram também excelentes e eu teria a oportunidade de ser aluno de Gilles Gaston Granger, que também lá lecionava, e do grande historiador do pensamento antigo, Goldschmidt. Preciso acrescentar que Lívio Teixeira nos fizera ler Goldschmidt durante seu curso e o apreciava muito. Respondi imediatamente a Giannotti, *respondi que sim*. Lívio Teixeira e Aubreton aprovaram a idéia, Aubreton rapidamente conseguiu do governo francês a transferência de minha bolsa de Paris para Rennes. Embarquei então para a França encontrei Giannotti e, três dias depois, ele me comunicou que Victor Goldschmidt, que morava em Paris, embora lecionasse em Rennes, me convidava para jantar em sua casa. Fiquei estupefacto e fui com Giannotti jantar em casa de Goldschmidt. Conteí ao Mestre essas coisas que lhes estou hoje contando. Não previ, nem podia prever, a sua reação. Porque ele me disse que, se eu de fato queria fazer um curso de filosofia, não precisava esperar pela volta ao Brasil. Ele, Goldschmidt, poderia obter do governo francês uma autorização para modificação de minha bolsa. Ela não mais seria uma bolsa de mestrado em grego, mas uma bolsa de bacharelado em filosofia. Perguntou-me se eu estava de acordo. Eu *respondi que sim* e lhe agradei. E minha bolsa foi novamente alterada, em verdade ela o foi em quinze dias, ainda antes de as aulas começarem, pois eu chegara um pouco adiantado à França. Somente mais tarde fiquei sabendo que Mme. Goldschmidt, aquela senhora simpática e cativante que nos preparara um tão bom jantar, era altíssima funcionária do Ministério francês da Educação. Aubreton e Lívio Teixeira foram por mim informados das mudanças e concordaram com elas.

E fui assim para Rennes e lá fiz minha licença em filosofia, durante a qual frequentei por dois anos inteiros as aulas de Granger e Goldschmidt. No fim de minha licença em filosofia, chegou-me pelo correio uma carta. O remetente era ninguém menos que Jean Hyppolite, historiador conhecido da filosofia moderna, especialista em Hegel e então diretor da École Normale Supérieure, em Paris. Lembra-me que estranhei demais ao ler o nome do remetente. Abri a carta, cheio de curiosidade. Jean Hyppolite nela dizia ter o prazer de me informar que eu tinha sido aceito como aluno estrangeiro residente da École Normale. Era uma das escolas mais prestigiadas e famosas da França, jamais me

poderia ter passado pela cabeça a idéia de ir nela estudar e residir. Não pude responder que sim, pois dessa vez ninguém perguntou pela minha aceitação. Fui imediatamente ter, na Faculdade, com Granger e Goldschmidt, eles me revelaram que tinham proposto meu nome à École, mas não me tinham contado nada por não saberem se a indicação seria aceita. No ano escolar seguinte, eu residia, pois, no n. 51 da Rue d'Ulm, ao lado do Panthéon, ao lado do Quartier Latin. Para financiar minha estada parisiense, obtive bolsa da Capes. Além de Hyppolite, estavam também lecionando na École, Goldschmidt e Granger, bem como Jules Vuillemin, de quem mais tarde eu me tornaria amigo. Segui os cursos deles quatro, assim como os de Ricoeur, na Sorbonne, e os de Merleau Ponty, no Collège de France. Preciso acrescentar que, em minhas últimas semanas em Rennes, já tendo sido aceito pela École Normale, Goldschmidt me chamara um dia a seu gabinete para perguntar-me se eu não queria fazer com ele uma tese de doutorado sobre a dialética de Aristóteles. *Eu respondi que sim*. E comecei a trabalhar na tese sob sua orientação, no meu período parisiense.

No fim de meu quarto e último em França, conheci Ieda, minha mulher atual e única, que estudava psicologia em Paris e com quem me casaria em 1963. Diziam-na louca por andar comigo de lambreta a 100 por hora, nas ruas e avenidas da capital francesa. A lambreta chamava-se José (em francês), nome que lhe tinham dado os meus colegas franceses de Rennes, em homenagem a José Arthur. Montados em cima de José Arthur (em francês), Ieda e eu fizemos grandes passeios por Paris e arredores. Nos fins de junho de 1961, resolvi voltar ao Brasil: estava em França havia quatro anos completos sem pisar no solo pátrio. Descobri mais tarde em terapia que a verdadeira razão de eu querer voltar, renunciando a um quinto ano em França (a Capes acabara de renovar-me a bolsa), foi o medo de ter de casar com a Ieda, cujas más intenções a meu respeito se estavam tornando visíveis. No começo de julho, escrevi, pois, a Lívio Teixeira para contar-lhe que voltaria ao Brasil no fim daquele mesmo mês de julho. E ele logo me respondeu. Sua carta era curta, apenas para comunicar-me que tinha acertado com o prof. João Cruz Costa minha nomeação para o Departamento de Filosofia, eu começaria a lecionar filosofia antiga a 1º de agosto. Como também desta vez nada me foi perguntado, eu simplesmente obedeci. No dia 1º de agosto eu comecei, em nosso Departamento, um curso sobre a

*Ética Nicomaquéia* de Aristóteles. Os deuses me tinham implantado na USP. Ieda ficou mais um ano ainda em Paris. E como, apesar de nossa intensa correspondência, eu não decidia nada, ela se mandou para cá e me pediu em casamento. Eu *respondi que sim* e nos casamos em junho de 1963. Estamos casados há 38 anos (minha sogra diz que a filha é uma santa). Espero ter deixado bastante claro por que posso dizer que não me foi dada a oportunidade de ter maiores ambições em minha vida, eu queria apenas ser professor secundário de latim. Não tenho culpa dos rumos que minha vida tomou, mas gostei deles. Lição filosófica a tirar dessa estória: há bons argumentos em favor da tese da providência divina. Mas como os há também em sentido contrário, talvez seja mais prudente suspender nosso juízo, como querem certos filósofos.

Fiquei no Departamento de 1961 a 1975. Nele lecionei filosofia grega, lógica, teoria do conhecimento. Chefeei-o por alguns anos. Em 1975, fui para a Unicamp, lá aposentei-me dez anos depois e o Departamento de Filosofia da USP de novo me contratou. Aposentei-me de novo, desta vez por motivos de saúde, em 1998, ainda no século passado.

No início, quando eu entrei no Departamento, havia os dois velhos catedráticos, Lívio Teixeira e Cruz Costa (para os jovens eles eram velhos, tinham bem menos idade do que eu tenho hoje) mais Gilda de Mello e Souza, Giannotti, Bento Prado, Rui Fausto e alguns outros professores; logo se juntou a nós Victor Knoll. Os outros professores não ficaram muito tempo: nossa presença, a de um grupo de jovens que queriam em tudo inovar, sob as bênçãos e a permissividade dos dois catedráticos, os incomodava e é preciso dizer que nós não éramos lá muito tolerantes. Bento e Rui passaram depois também por Rennes e foram alunos de Granger e Goldschmidt. Decidimos platonicamente que “ninguém entra aqui se não for anteriormente aluno de Goldschmidt”. A regra valeu por muitos anos. Foi assim que Goldschmidt teve como estudantes nossos melhores alunos daqueles primeiros tempos, que viriam a ser mais tarde nossos colegas: Maria Lucia Montes, Luiz Roberto Salinas Fortes, Marilena Chaui. Somente Rubens Rodrigues Torres, se não estou enganado, foi direto para Paris. Confesso que não recordo se outros mais foram também para Rennes. Muitos e muitos de nossos estudantes vieram depois a participar do corpo docente do Departamento. A esmagadora maioria dos professores



que hoje compõem o Departamento são antigos alunos nossos e desses, somente uns três ou quatro não foram meus alunos, sobretudo devido a meus longos estágios de pós-doutoramento nos Estados Unidos e no Reino Unido, além dos anos de Unicamp.

O Departamento sempre pôs ênfase grande na formação de seus estudantes, a preocupação de dar-lhes uma boa cultura histórico-filosófica e de ensiná-los a ler e comentar com rigor os textos dos grandes filósofos foi uma constante da política docente departamental. Os frutos estão aí: uma ampla e excelente produção de livros e de monografias, teses e dissertações, além de um número muitíssimo elevado de artigos da melhor qualidade. É hoje verdade reconhecida aqui e fora do Brasil, que o Departamento de Filosofia da USP nada tem a temer de uma qualquer comparação com seus congêneres europeus ou norte-americanos, no que concerne à qualidade de seus cursos e à sua produção histórico-filosófica.

Tenho respeito moral e intelectual sincero por meus agora ex-colegas. Eles pertencem à nata da filosofia brasileira. E eles me proporcionaram, a mim que sempre fui apaixonado pela minha profissão de professor, condições ideais para o desempenho da docência. Proporcionaram-me também o conforto de seu companheirismo prestimoso. Alguns de meus bons amigos integram o Departamento. Mas tenho afeto muito grande e sincero também por aqueles com quem não tenho uma relação mais íntima. Eles cercaram-me de estima e compreensão durante esses anos em que trabalhamos juntos. Por outro lado, eu seria muito injusto se esquecesse de referir-me aqui aos funcionários de nosso Departamento. Desde o começo, também nos meus anos de chefia e depois deles, até os dias que correm, demonstrações inequívocas de uma excepcional boa vontade, dedicação, simpatia e estima foram tudo que deles recebi.

Os Senhores podem ver, por minhas palavras, o amor grande que tenho por esse Departamento. Compreendem o orgulho que tenho de ter a ele pertencido. De ter pertencido a esta Faculdade veneranda, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (deixem-me usar o nome antigo) da Universidade de São Paulo, a nossa Maria Antonia. Ela sempre foi e continua sendo uma estupenda instituição universitária. Porque esses são e sempre foram meus sentimentos e opiniões em relação à Faculdade e ao

Departamento, os Senhores podem compreender quanto fui atingido e afetado, faz alguns poucos anos, quando um jornalista, em texto infeliz, entendeu que eu tinha desqualificado, em entrevista que dera a uma revista, o nível dos cursos ministrados em nosso Departamento. Ele deu uma interpretação absurda a uma crítica puramente filosófica que eu de fato fizera à orientação talvez excessivamente historiográfica do nosso curso de Filosofia, orientação pela qual, aliás, eu na mesma entrevista me dizia bastante responsável. Por causa de alguma repercussão que tiveram suas palavras, senti-me obrigado a impugnar publicamente sua atitude. “Em defesa de uma instituição”, assim intitulei meu artigo que foi publicado em “A Folha de São Paulo”. Aprendi uma boa lição: coisas que cabe perfeitamente bem dizer *intra muros* devem ser cuidadosamente explicadas quando se dizem fora deles, para não serem desvirtuadas e porventura utilizadas para fazer-nos parecer dizer o que jamais poderíamos ter pensado.

Mas a vida de um Departamento são sobretudo seus estudantes e quero dizer algo sobre minha relação com eles. Sempre me senti muito bem em meio a eles, sempre gostei de conversar e conviver com eles. E dar aulas foi continuamente para mim uma fonte de grande prazer. Tão prazeroso foi sempre para mim o ensinar que muitas, muitíssimas vezes, quando, na leitura de um texto atinente à temática de um curso, deparava com uma idéia que particularmente me empolgava, imediatamente me via expondo-a a meus estudantes e ficava pensando sobre como introduzi-la em minhas aulas. Isso ocorria também quando, em meio a minhas reflexões, julgava ter produzido alguma idéia nova. Buscava então, na minha imaginação, um procedimento para transmiti-la em aula. Era como se toda pesquisa filosófica minha, eu a produzisse para apresentá-la em aula.

Sempre me senti feliz quando percebia que estava contribuindo para o progresso intelectual dos estudantes, que os estava despertando para novas idéias, que estava ajudando suas inteligências a percorrer novos caminhos. E nada há de mais gratificante para um professor que descobrir, um dia, pelo testemunho espontâneo de antigos estudantes, que as aulas que deu foram benéficas para alguém. Que uma idéia exposta em aula medrou e deu fruto bom. Tive a sorte de fazer muitíssimas vezes em minha vida uma tal experiência.

Nunca me preocupei com organizar explicitamente um *código de ética* que norteasse o meu trabalho docente. Mas, olhando agora retrospectivamente, vejo que havia um conjunto de regras implícitas que regeram sempre minha atividade de professor. A primeira dessas regras era a do máximo respeito para com os estudantes. Não aproveitando-me jamais da posição de professor para infligir-lhes qualquer humilhação, por mínima que fosse. Não zombando jamais da ingenuidade eventualmente expressa numa pergunta ou numa resposta, ou de uma eventual demonstração de ignorância por parte do estudante sobre um tópico qualquer. Outra regra era dar aos estudantes o máximo de atenção, ter sempre para com eles o máximo de compreensão. Outra ainda era a de proceder sempre com toda a lhanza possível, jamais consentindo numa indelicadeza. Para essa concepção e prática da docência, muitos de meus antigos mestres serviram de modelo, entre eles também Goldschmidt.

Todo esse meu procedimento jamais converteu a relação professor-estudante numa relação de igualdade. E nunca busquei a igualdade nessa relação. Sempre entendi que se tratava de uma relação assimétrica e que uma artificial busca de igualdade apenas comprometeria o desempenho pedagógico do professor. Mas isso em nada impediu que alguns estudantes, sobretudo de pós-graduação, ao longo dos anos, viessem a tornar-se grandes amigos meus.

Uma outra regra ainda, que sempre entendi que também era eminentemente ética, dizia respeito à clareza que sempre de mim exigi nas aulas. Sempre quis que minhas aulas tivessem o máximo de clareza, entendendo que, se assim não fosse, elas seriam perfeitamente inúteis. Mesmo quando as aulas versavam sobre assunto que eu mais ou menos dominava ou sobre temas já tratados em cursos anteriores, eu demorava um tempo grande na sua preparação, organizando o material de modo a que ele fosse o mais acessível possível, para que a exposição, sem deixar de ser rigorosa, fosse plenamente didática. Para atender à didática, consumi habitualmente muitas horas que poderiam ter sido acrescentadas às que eu dedicava à pesquisa. Mas nunca entendi que poderia agir de outro modo, se eu era professor. Porque sempre me pareceu que o esforço máximo por ser claro é moralmente exigível de quem quer que exerça a docência, sobretudo a de filosofia.

As aulas que eu ministrei eram de filosofia e isso tinha óbvias repercussões sobre a prática pedagógica. Em primeiro lugar, no que concerne, digamos assim, ao princípio de autoridade. Ao longo dos anos todos de minha docência, foi grande a minha preocupação de levar os estudantes à plena consciência de que o princípio de autoridade não tem vez na esfera filosófica. Em filosofia, não há autoridade. Não há matéria demonstrada, não há corpo de verdades aceitas. Aqueles que a história reverencia como filósofos importantes são precisamente aqueles que criaram novos caminhos, que se insurgiram contra as tradições filosóficas dominantes. Nada mais ridículo do que ouvir alguém, na área de filosofia, falando de um determinado filósofo F, dizer “F demonstrou que p”, onde “p” é uma qualquer tese filosófica. O estudante tem de estar preparado para imediatamente lembrar que muitos outros bons filósofos, tão respeitáveis quanto F, discordam do que F disse e entendem que F não demonstrou nada. O estudante precisa compreender que quem afirma “F demonstrou que p” na melhor das hipóteses se esconde atrás do nome de F porque lhe falta talvez a coragem de dizer “Eu penso que p e, nesse ponto, concordo com o que disse F”.

E procurei sempre também mostrar que, mesmo no campo da História da Filosofia, não tem lugar o princípio de autoridade. Se o historiador ou comentador C propõe uma interpretação qualquer de um filósofo F, não importa quão sério e respeitável seja o historiador ou comentador C, não importa quão rigoroso seja o método de que se serve para construir suas interpretações, a interpretação que ele propõe da doutrina do filósofo F é e permanecerá sempre apenas uma hipótese de leitura. E não será difícil encontrar outros historiadores, tão respeitáveis quanto F, tão rigorosos quanto F, que possivelmente discordarão de sua proposta interpretativa e optarão por outras, bastante diferentes. Entre o ideal de uma reconstrução de uma doutrina *ad mentem auctoris* (conforme a intenção do próprio filósofo) e o resultado desse esforço de reconstrução, desenha-se sempre uma distância como a que separa, se queremos lembrar o vocabulário de Platão, a Forma ou Idéia da Coragem, por exemplo, de tal ou qual ação corajosa particular. Falando a meus estudantes de Aristóteles ou de Hume, de Sexto Empírico ou de Quine, quis sempre que soubessem que era absurdo porem fé na minha interpretação da doutrina do filósofo estudado, na minha ou na de quem quer que fosse. A leitura

proposta do filósofo, meramente hipotética, deveria servir-lhes somente como um instrumento para o trabalho de interrogar o texto do filósofo, enquanto não tivessem, eles próprios, uma hipótese própria de leitura. O estudante precisava compreender que, se alguém, na área de filosofia, lhes vem dizer que o comentador P mostrou que o filósofo F pensa que p, na melhor das hipóteses quem assim fala está escondendo-se atrás do nome do comentador C porque não tem talvez a coragem de dizer: “Eu concordo com a interpretação de C quando ele diz que F pensa que p”.

Em suma, no que respeita a esse tópico, o que eu sempre quis significar a meus estudantes poderia resumir-se numas poucas palavras, tais como “Se vocês querem realmente fazer filosofia, não acreditem em nada do que eu lhes digo, seja ao expor idéias filosóficas minhas, seja ao propor alguma interpretação da doutrina de algum filósofo. Mas também não acreditam em ninguém mais. Utilizem seus professores e seus livros como instrumentos eventualmente úteis para ajudá-los no trabalho de conhecer a filosofia e de filosofar. Porque aquele que acreditar no que eu disser, ou no que disser algum outro professor de filosofia estará apenas mostrando que está longe, muito longe de saber o que é filosofia”. No limite, o professor deveria dizer muito seriamente a seus alunos – e isso no princípio de cada aula - “Não se pode acreditar em nada do que eu digo”. Bem sei que algum esperto filósofo analítico poderia querer ver aqui uma variante do paradoxo do mentiroso. Mas deixemos isso para lá. São divertimentos de filósofo analítico.

Também preveni muitas vezes meus estudantes contra as modas filosóficas. Tive sempre “bronca” enorme com as modas filosóficas. Não se tem de reconhecer à moda autoridade alguma. Sempre pensei assim e isso me foi muito útil. Recuso-me a ler qualquer livro de filosofia antes de passados pelo menos cinco anos de sua publicação. O ideal seriam dez. Que são dez anos comparados com os dois mil e quatrocentos da filosofia ocidental? Haverá sempre muita coisa a ler que não lemos ainda e os novos livros podem esperar. Como acabo de dizer, essa prática me foi sempre muito útil. Porque passados cinco anos, de muitos livros não se fala mais, seu impacto inicial se dissipa, não se lhes dá mais nenhuma atenção. Tratava-se apenas de um fenômeno de moda. Com minha tática, poupei

muito de meu tempo, não o perdi com muito lixo filosófico. Aliás, pensando bem, acho que se deveria esperar, após a publicação, quinze anos, não dez, antes de ler os livros...

Julguei sempre também sumamente importante trabalhar por reforçar o espírito crítico filosófico de meus estudantes. Estou chamando de espírito crítico filosófico aquele velho hábito filosófico de exigir, de toda proposição teórica que se proponha à nossa aceitação, suas credenciais de aceitabilidade. Hábito que deve levar-nos, diante de toda tese teórica proposta por quem quer que seja, por filósofos como Aristóteles ou por um professor, mesmo se respeitável, de filosofia, a perguntar sempre e com insistência: “Por que aceitarei essa proposição? Que credenciais se podem porventura exhibir que a tornariam aceitável?” Se não estamos dispostos a assim proceder, não estamos dispostos a filosofar. Aliás, o que estou dizendo cai sob o princípio de não-autoridade que há pouco mencionei.

Essa atitude de exigente questionamento cumpre particularmente que a tomemos, cumpre particularmente que os estudantes de filosofia a tomem, face aos modernos profetas da morte da filosofia. Pois suas patéticas profecias rondam por aí. Eles dizem morta a filosofia, tratam as diferentes filosofias como meros reflexos e expressões das diferentes constelações socio-econômicas. Eles não parecem ver que estão apenas apregoando e profetizando a morte da razão. E, em verdade, a da razão crítica, a qual constitui, no entanto, o grande legado histórico e milenar da filosofia ocidental. Contra eles, é preciso decididamente acionar o espírito crítico filosófico. Fazê-los descer dos olímpicos pedestais do alto dos quais querem julgar-nos, trazê-los para a arena do debate de argumentos e pedir-lhes que apresentem as credenciais de aceitabilidade das proposições anti-filosóficas que gostam de avançar. Nossos estudantes precisam compreender que devem perguntar-lhes “Por que aceitaremos suas proposições? Em que premissas aceitáveis para nós se apoiam vocês para querer assim decretar o fim das filosofias? Como fundamentam vocês o que afirmam? Com que métodos vocês trabalham e como pretendem validá-los? Qual a lógica interna de seus discursos?” E assim por diante. Se aqueles se negarem a entrar nessa discussão, não haverá obviamente por que dar-lhes maior atenção. Se consentem, porém, em dela participar, estarão conosco fazendo filosofia, estarão conosco engajados numa discussão epistemológica. E estarão, por isso mesmo, reconhecendo que filosofar

é preciso. *Kai ei mè philosophetéon, philosophetéon*, dizia o homem de Estágira. “E se não é preciso filosofar, é preciso filosofar”.

Q. E. D. (*quod erat demonstrandum*, isso era o que se tinha aqui de demonstrar). Não, por Zeus! Eu acabo de dizer uma blasfêmia. Retiro a sigla (Q.E.D.) que algum velho demônio dogmático dentro de mim soprou. Não havia aqui nada *demonstrandum*, já que não se demonstra nada em filosofia.

Falei-lhes somente do que diz respeito à minha condição de professor. Porque eu me disse que, já que se trata da concessão de um título de Professor Emérito, é isso que se deve esperar do homenageado.

Não me queiram mal por ter-me estendido tanto. É que todo filósofo fala, fala... Afinal, é a única coisa que sabemos fazer na vida. Como gosto muitas vezes de lembrar, dizia Timão, discípulo de Pirro, falando do acadêmico Arcésilas, que o filósofo sofria de logorréia. A logorréia é a nossa doença profissional. Sem cessar, o filósofo “bota falação” no mundo. Mas estou terminando. Terminando citando dois de meus ídolos: Aristóteles e Guga. Aristóteles, para dele discordar. Guga, para plagiá-lo.

Em algum lugar da *Ética Nicomaquéia*, Aristóteles diz que, somente após a morte de um homem, se pode dizer que ele foi feliz. Discordo inteiramente: depois de 68 anos de vida e levando em conta a duração média da vida humana por exemplo no Brasil, independentemente do que venha a ocorrer depois, já se pode dizer de um homem se ele foi, ou não, feliz na maior parte de sua vida. E eu lhes digo que eu o fui. Usando o vocabulário dos tempos pretéritos em que era religioso, eu digo que fui feliz, isso porque tive a família que pedi a Deus, tive a profissão que pedi a Deus e nessa profissão, a de professor, eu obtive tudo que pedi a Deus. E aqui entra o Guga. Ao ganhar, não faz muitos dias, o tri-campeonato de Roland-Garros, referindo-se a sua carreira de tenista, disse Guga: “Eu acho que sou um cara abençoado. Nunca pensei que chegaria tão longe”. Como avisei, vou plagiar o Guga. Porque eu sinceramente acho que sou um cara abençoado. Nunca pensei que um dia eu seria chamado de Professor Emérito. Muito obrigado.





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

**A** Congregação desta Faculdade endossou a proposta do Departamento de Filosofia, que entendeu que deveria homenagear o Prof. Porchat. Ao homenageá-lo, porém, esta Congregação homenageou também o Departamento de Filosofia, que não, apenas por coincidência de nome, é de certa forma o Departamento definidor desta nossa Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, sempre inferida como Faculdade de Filosofia.

O Prof. Porchat nos homenageou em várias instâncias de seu discurso, do qual retenho algo que para mim é fundamental: além do percurso intelectual, o percurso da pesquisa, o percurso da criação, citar a partir do estilo inicial, que é o ser docente, a relação do professor com o aluno, dar, se me permite agora também, o meu lado pré-pretérito religioso e protestante, a missão de professor que faz com que esse professor busque o conhecimento não para si, mas para compartilhá-lo com seus alunos. Aquilo que, hoje, na Universidade Moderna, em grande parte, se transformou no pesquisador que, de vez em quando, dá rápida aula, não é o modelo da Faculdade de Filosofia. O modelo da Faculdade de Filosofia é este modelo que o Prof. Porchat também retrata na sua vida e retrata no seu relato; é o Professor que, na função de Professor busca o conhecimento para compartilhar com todos. Então, Professor, o Senhor também nos homenageia neste momento e eu agradeço muito, mais essa contribuição a toda esta nossa Congregação.

Prof. Dr. Francis Henrik Aubert  
Diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas



<i>Título</i>	Outorga do Título de Professor Emérito a Oswaldo Porchat de Assis Pereira da Silva
<i>Editoração/Criação</i>	Serviço de Divulgação e Informação
<i>Coordenação</i>	Eliana Bento da Silva AmatuZZi Barros - MTb 35814
<i>Diagramação</i>	Fernanda Silva Fernandes de Abreu Wiviane Ribeiro do Carmo
<i>Revisão</i>	Lúcia Helena Ferreira Wiviane Ribeiro do Carmo
<i>Formato</i>	15 x 21 cm
<i>Impressão</i>	Gráfica FFLCH/USP
<i>Tiragem</i>	150 exemplares

